



Proposições para reforma eleitoral

DENISE GOULART SCHLICKMANN

Fundo Especial de Financiamento de Campanha

Disciplinamento objetivo dos critérios de distribuição intrapartidários

Regulamentação de acesso aos recursos

Limite de gastos

Fixação de critérios objetivos para fixação:

- Custo das eleições
- Eleitorado da circunscrição
- Peculiaridades locais

Financiamento coletivo e pré-campanha

Ausência de definição jurídica de pré-candidatos – incompatibilidade da autorização legislativa de arrecadação de recursos após 15 de maio do ano eleitoral

Disciplinamento da pré-campanha

Extensão das normas aplicáveis às fonte de arrecadação

Jurisdição

Autofinanciamento

Incompatibilidade do limite com aquele fixado para doações por terceiros

Restrição do autofinanciamento ao limite de gastos

- Fixação uniforme dos limites de gastos
- Limitação do abuso do poder econômico

Recibos eleitorais

Precariedade do escopo

Obsoletismo

Movimentação financeira em espécie

Risco à correta identificação de fontes

- Licitude
- Limites

Risco à aferição da pertinência de gastos eleitorais

- Desvio de finalidade
- Apropriação

Fontes vedadas

Ajuste à ADI 4650

Concessionários de serviço público

Transparência

Regime de sanções para ausência de informações, informações em desacordo e intempestividade

Fim do instituto da prestação de contas parcial

Julgamento de contas

Prazo consentâneo com a complexidade da análise

Ações eleitorais

Representação pelo art. 30-A da Lei das Eleições

Não prestação de contas – disparidade de consequências

- Não apresentação
- Julgamento pela não prestação



Obrigada!

deniseschlickmann@gmail.com